



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1494911 - SC (2019/0114238-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : KARINA JERONIMO BLOEMER
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ ROCHA - SC017573
CHARLES ANTÔNIO SIMÕES - SC013926
AGRAVADO : CAIXA CONSÓRCIOS S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
ADVOGADOS : LUIZ AUGUSTO MOOJEN DA SILVEIRA - SC043964
CAROLINA BARTH DOS SANTOS DA SILVEIRA - SC049919
AGRAVADO : BERNARDINO BLOEMER
AGRAVADO : JUCILDE JERONIMO BLOEMER
AGRAVADO : RENAN JERONIMO BLOEMER
ADVOGADOS : RAPHAEL BIANCHINI DA SILVA - SC016638
MARIA APOLINÁRIA SCHMITZ DE LARDIZABAL - SC008762

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por KARINA JERONIMO BLOEMER em face de decisão monocrática da lavra da Presidência do STJ, acostada às fls. 289/292, e-STJ que negou provimento ao agravo (art. 1.042 do CPC/2015), em razão da incidência da Súmula 284/STF.

O agravo (art. 1.042 do CPC/2015) desafiava decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão que inadmitiu o recurso especial, este de sua vez interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (fl. 188, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. VENDA DIRETA ENTRE ASCENDENTE E DESCENDENTE SEM ANUÊNCIA DA PARTE AUTORA(HERDEIRA). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA.RECURSO DA REQUERIDA CAIXA CONSÓRCIOS S/A.PLEITO DE REFORMA DO JULGADO ANTE A AUSÊNCIA DE SIMULAÇÃO PARA CAMUFLAR DOAÇÃO INOFICIOSA E DADA A INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO SUPTADO PELA REQUERENTE. SUBSISTÊNCIA. ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL POR MEIO DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DE VERACIDADE. EXEGESE DO ARTIGO 215, DO CÓDIGO CIVIL C/C ARTIGO 364, DO ANTIGO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (ARTIGO 405, DO CPC). PROVA DOCUMENTAL A DEMONSTRAR A ONEROSIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. AUSÊNCIA DE PROVAS CONSISTENTES EM SENTIDO CONTRÁRIO. ÔNUS QUEINCUMBIA À AUTORA, EX VI DO ARTIGO 333, INCISO I,DO ANTIGO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (ARTIGO 373, INCISO I, DO CPC). SIMULAÇÃO NÃO CONFIGURADA.ADEMAIS, AUSÊNCIA DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO PELA PARTE INTERESSADA. SENTENÇA REFORMADA

NO PONTO. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. CONDENAÇÃO DA REQUERENTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXEGESE DO ARTIGO 20, § 4º, DO ANTIGO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (ARTIGO 85, § 8º, DO CPC). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo aresto de fls. 218/225, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 228/235, e-STJ), a recorrente apontou violação do art. 496 do CC, defendendo, em síntese, a nulidade da compra e venda, visto ter sido realizada pelos seus genitores a outro filho do casal, sem a anuência da ora agravante. Acrescenta que uma vez alienado o único imóvel pertencente aos seus ascendentes, houve vilipêndio a sua expectativa de direito hereditário, prejuízo capaz de anular o negócio.

Contrarrazões às fls. 240/248, e-STJ.

Inadmitido o apelo nobre, adveio o agravo (fls. 258/264, e-STJ), visando destrancar a insurgência, desprovido pela Presidência do STJ, que entendeu pela incidência da súmula 284/STF, ante a apresentação de razões dissociadas do decidido pelo acórdão a quo, já que ausente a impugnação a todos os fundamentos ali expostos.

Irresignada, a parte interpõe agravo interno (fls. 295/302, e-STJ) aduzindo, em suma, ter infirmado toda a fundamentação adotada pelo aresto recorrido, apresentando razões recursais associadas com o que fora decidido na instância ordinária.

Impugnação às fls. 305/310, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Ante as razões expendidas no agravo interno, reconsidero a decisão monocrática anteriormente proferida, porquanto verificada a inaplicabilidade da Súmula 284/STF, ante a conformidade das razões recursais com o decidido pela Corte local.

1. A insurgente pretende o reconhecimento da afronta ao art. 496 do CC, defendendo, em síntese: i) a nulidade da compra e venda, visto ter sido realizada pelos seus genitores a outro filho do casal, sem a anuência da ora agravante; ii) uma vez alienado o único imóvel pertencente aos seus ascendentes, houve vilipêndio a sua expectativa de direito hereditário, prejuízo capaz de anular o negócio.

Nos termos do entendimento adotado pela Segunda Seção do STJ, a venda de ascendente a descendente, sem a anuência dos demais, trata-se de ato anulável e, por isso depende da demonstração de prejuízo pela parte interessada.

Nesse sentido: **REsp 1679501/GO**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 13/03/2020; **REsp 1356431/DF**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 21/09/2017; **AgRg no AREsp 159.537/PA**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 21/10/2014; **EResp 661.858/PR**, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2008, DJe 19/12/2008.

O Tribunal *a quo* rejeitou a tese de nulidade da compra e venda de ascendente a descendente, por não ter ocorrido prejuízo a outra herdeira do casal, ora agravante, já que embora tenha ocorrido a alienação do único imóvel do casal, houve a

devida contraprestação em pecúnia. Assim, ausente a diminuição patrimonial, não há falar em prejuízo e, conseqüentemente, em anulação do negócio.

Por oportuno, destaca-se o seguinte excerto do acórdão recorrido:

3.1 Da validade do ato jurídico

Em seu apelo (fls. 134/151) a requerida defende a validade da compra e venda entabulada pelos requeridos Bernardino, Jucilde e Renan. Defende não se tratar de negócio simulado entre ascendente e descendente no intuito de lesar herdeiro, mas cujo pagamento deu-se pela utilização de cartas de crédito contempladas pela Caixa Consórcios S/A. Acrescenta não ter a autora comprovado o efetivo prejuízo decorrente da transação, requisito imprescindível à anulação pretendida. Postula a reforma da Sentença visando a improcedência dos pedidos inaugurais.

Pois bem.

Exsurge incontroverso dos autos terem os requeridos Bernardino e Jucilde celebrado com o requerido Renan (seu filho e irmão da autora), na data de 03.10.2012, negócio jurídico de compra e venda de bem imóvel por escritura pública, com alienação fiduciária em garantia, referente à matrícula n. 10.948 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/SC, pelo valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) -fls. 18/31.

De igual forma, incontroversa a participação da requerida/apelante Caixa Consórcios S/A como credora do negócio, haja vista ter restado assim ajustada a forma de pagamento, verbis (fls. 19/20):

[...]

No aspecto, a Cláusula Quarta da escritura pública de compra e venda comprova ter o demandado Renan participado de consórcio imobiliário da Caixa Consórcios S/A e adquirido direito ao crédito de R\$ 382.613,70 (trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e treze reais e setenta centavos), a ser utilizado para pagamento do imóvel descrito na Cláusula Primeira da avença (fl. 20). Os extratos acostados pela apelante às fls. 105/108, por sua vez, fazem prova da contemplação de 02 (duas) cotas do requerido nas datas de 21.02.2010 e 18.07.2010, assim como da entrega das respectivas cartas de crédito na data de 29.10.2012, ou seja, 26 (vinte e seis) dias após a celebração do negócio de compra e venda.

Por derradeiro, os mesmos extratos ainda demonstram a efetiva quitação mensal das parcelas do consórcio pela parte requerida.

No entanto, ressalta a demandante a violação pelos demandados ao disposto no artigo 496, do Código Civil, haja vista terem entabulado o negócio jurídico de compra e venda sem o seu consentimento. Nestes termos, postula a anulação da avença e dos atos a ela subsequentes, bem como a invalidação da garantia fiduciária dada em favor da instituição financeira.

Sentenciado o feito (fls. 126/130), o Magistrado singular entendeu demonstrado o prejuízo da autora, haja vista ser o imóvel alienado o único integrante do patrimônio dos genitores. Neste viés, a despeito de haver reputado comprovada a onerosidade do negócio jurídico, declarou a nulidade da compra e venda ante a falta de consentimento da requerente, e confirmou a medida liminar que determinou o levantamento do gravame imposto ao bem.

[...]

Ora, infere-se do processado ter sido entabulado na data de 03.10.2012 o negócio jurídico cuja anulação pretende a parte autora (fl. 18/31), portanto já sob a égide do Código Civil de 2002. Nesta senda, ressaí aplicável ao caso concreto o disposto no artigo 496 do referido Diploma Substantivo Civil, in verbis:

"Art. 496. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido."

Acerca do conteúdo da norma limitativa da alienação de bens de ascendente a descendente, extrai-se da doutrina de Nelson Nery Junior e Rosa Maria Nery:

[...]

Ocorre que, ao interpretar a norma em comento o Superior Tribunal De Justiça assentou o entendimento de que a alienação de bens de ascendente para descendente sem o consentimento dos demais é ato jurídico anulável, cujo reconhecimento reclama concomitantemente (i) a iniciativa da parte interessada, (ii) a ocorrência do fato jurídico, qual seja, a venda inquinada de inválida, (iii) a existência de relação de ascendência e descendência entre vendedor e comprador, (iv) a falta de consentimento de outros descendentes, e (v) comprovação de simulação com o objetivo de dissimular doação ou pagamento de preço inferior ao valor de mercado, ou, alternativamente (vi) a demonstração de prejuízo.

[...]

Na hipótese em tela, exsurtem incontroversas a iniciativa da herdeira interessada, a existência do negócio jurídico de compra e venda (fls.18/31), a relação de ascendência e descendência entre os vendedores Bernardino e Jucilde e o requerido Renan (fl.34), assim como a falta de consentimento da demandante - filha dos primeiros e irmã do segundo - à contratação.

[...]

Dessarte, por constituírem o objeto da insurgência recursal, cumpre a este Órgão Fracionário analisar o preenchimento destes dois requisitos.

Pois bem.

[...]

Logo, dada a robusta documentação encartada ao feito pela demandante, a demonstrar a validade do negócio jurídico, depreende-se assistir razão à apelante quando afirma não se estar diante de simulação de compra e venda para camuflar doação inoficiosa (fls. 89/108).

Com efeito, por haver sido entabulado entre partes maiores e capazes, possuir objeto lícito, e haver sido adotada a forma prescrita em lei, imperioso reconhecer a validade do negócio jurídico de compra e venda, a teor do artigo 104 do Código Civil. Senão, verbis:

[...]

Deste modo, conforme bem ponderou a apelante, há de se reconhecer a inexistência de simulação de compra e venda no caso concreto, porquanto bem comprovada nos autos a validade da contratação.

Por derradeiro, a requerida Caixa Consórcios S/A ainda sustenta inexistir comprovação nos autos do efetivo prejuízo experimentado pela requerente com a contratação, razão pela qual reputa inviável a anulação.

Bem analisados os autos, observa-se ter sido este o fundamento adotado pelo Magistrado de Primeiro Grau para reconhecer a anulabilidade da avença, discorrendo que o bem alienado pelos requeridos era o único integrante de seu patrimônio e que deixou de fazer parte do rol de bens a ser herdado pela demandante (fl. 128).

Ocorre que, a despeito do que constou da Sentença recorrida, há de se reconhecer a inexistência de qualquer óbice legal à alienação do único bem integrante do patrimônio do vendedor porque, trata-se de direito disponível e de interesse puramente privado, e que não se confunde com a doação- disciplinada no artigo 538 e seguintes, do Código Civil -, a qual exige a prévia observância à preservação da legítima (artigos(artigos 548 e 549, do Código Civil). Nesta linha, cediço que a compra e venda onerosa do único bem do vendedor não importa na diminuição do patrimônio do alienante, porquanto em contrapartida à transferência do domínio há o recebimento do correspondente em dinheiro. Disso decorre, ainda que na hipótese em tela o bem alienado fosse o único a integrar o patrimônio dos ascendentes da autora (certidão fl. 117), tal situação não é capaz de configurar, por si só, o efetivo prejuízo à herdeira, tampouco serve à anulação do negócio de jurídico em comento, tendo em vista a comprovada onerosidade da compra e venda e a falta de comprovação da diminuição no patrimônio dos requeridos.

Não bastasse, da análise do processado observa-se inexistirem outros elementos nos autos hábeis a demonstrar eventual prejuízo à autora decorrente da compra e venda em comento, ônus probatório que lhe incumbia a teor do artigo 333, inciso I, do antigo Código de Processo Civil (art. 373, inciso I, do CPC) por se tratar de fato constitutivo do seu direito. Senão, extrai-se do Diploma Processual Civil:

"Art. 333. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor."

Nesta perspectiva, dada a inexistência de simulação de doação inoficiosa, e à míngua de elementos hábeis a demonstrar o efetivo prejuízo suportado pela demandante, não subsistem motivos à anulação da compra e venda por escritura pública de fls. 18/31.

Da leitura acima, verifica-se que a Corte de origem reconheceu a validade do negócio porquanto ausentes, nos autos, elementos probatórios no sentido de que a compra e venda trouxe prejuízo à ora agravante. Nesse contexto, a modificação do julgado a quo demandaria o reexame de fatos e provas, inviável nesta instância.

Ilustrativamente:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSFERÊNCIA DE COTA SOCIETÁRIA DE ASCENDENTE PARA DESCENDENTE SEM O CONSENTIMENTO DOS DEMAIS DESCENDENTES. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. MÉRITO. SÚMULA 83/STJ. COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO.

SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não há se falar em violação ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido resolve todas as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, é anulável a transferência de quota de sociedades comerciais de ascendente para descendente sem o consentimento expresso dos demais descendentes, por força do art. 1.132 do Código Civil de 1916.

3. A análise da pretensão recursal sobre a falta de demonstração do prejuízo decorrente da alienação demandaria o reexame de prova.

Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 604.909/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 02/12/2014)

O recurso encontra óbice, portanto, nas Súmulas 83 e 7/STJ.

2. Do exposto, reconsidero a decisão monocrática impugnada e com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial. Mantém-se a majoração de honorários nos termos determinados às fls. 291-292 e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator